

Seção Temática

Pronaf 30 anos: histórico e transformações socioeconômicas na agricultura familiar brasileira

O Pronaf em municípios do COREDE Médio Alto Uruguai (RS): distribuição do crédito e agentes financeiros

Pronaf in municipalities of the Médio Alto Uruguai COREDE (RS): distribution of credit and financial agents

 **Tanice Andreatta¹**

 **Rosani Marisa Spanevello²**

 **Adriano Lago³**

 **Luciana Fagundes Cristofari⁴**

 https://doi.org/10.36920/esa34-1_12

Resumo: O objetivo deste artigo é avaliar a evolução do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf) – custeio e investimento – em municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai, bem como os agentes financeiros responsáveis por sua operacionalização. O período da pesquisa compreendeu o intervalo de 2013 a 2024; o tratamento dos dados ocorreu por meio

¹ Professora do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tanice.andreatta@ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6618845061876066>.

² Professora do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rosani.spanevello@ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662827969659065>.

³ Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: adrianolago@ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1448024112231315>.

⁴ Professora do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: luciana_christofari@ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8187090681591595>.

da estatística descritiva e da aplicação do teste de Kruskal-Wallis. Identificou-se que há uma tendência de crescimento no volume do Pronaf para custeio e investimento anualmente, com um crescimento, no período de 2023–2024, do custeio para as atividades pecuárias. A fonte de recursos é, basicamente, proveniente de recursos obrigatórios e de poupança rural. Os municípios do Corede que apresentam o maior número de contratos executados e volume de recursos são Alpestre e Frederico Westphalen, respectivamente. Quanto ao perfil das instituições financeiras, destaca-se o crescimento do número de créditos operacionalizados pelas cooperativas de crédito. Em suma, destaca-se a importância do Pronaf para viabilizar as atividades agrícolas e pecuárias da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Cooperativismo de Crédito. Política Agrícola.

Abstract: This study aimed to assess the evolution of Pronaf credit—for working capital and investment—in the municipalities that comprise the COREDE Médio Alto Uruguai region and to analyze the financial institutions responsible for its implementation. This study covers the 2013–2024 period. Data were analyzed using descriptive statistics and the Kruskal-Wallis test. The results indicate a trend of growth in the volume of Pronaf credit for working capital and investment over the years, with a notable increase in livestock-related credit operations during 2023–2024. The source of funds primarily stems from mandatory resources and rural savings. Alpestre and Frederico Westphalen configure the COREDE municipalities with the highest number of contracts and the largest volume of resources, respectively. The profile of financial institutions has seen a notable increase in the number of credit operations by credit cooperatives. Overall, the findings highlight the importance of Pronaf in supporting agricultural and livestock activities within family farming.

Keywords: Family Farming. Credit Cooperativism. Agricultural Policy.

Introdução

A agricultura familiar brasileira tem sido reconhecida, década após década, como um modelo de agricultura responsável pela produção de

alimentos, pela segurança alimentar e pela sustentabilidade no país. As políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil experimentaram um período de desenvolvimento expressivo desde 1995, impulsionadas pela pressão de distintos setores da sociedade civil organizada, em favor de ações voltadas, especificamente, aos pequenos agricultores brasileiros (Grisa; Schneider, 2015).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf) simboliza o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado em relação às particularidades de uma nova classe social: os agricultores familiares. Anteriormente, essa categoria era referida por expressões como pequenos produtores, produtores familiares, agricultores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Sua criação ocorreu no contexto de crescente reconhecimento do papel dos agricultores familiares na produção de alimentos e na geração de empregos no meio rural, além de buscar corrigir desigualdades históricas no campo neste segmento (Schneider; Cassol, 2014).

De acordo com Mattei (2015), desde sua criação, o Pronaf objetivou a expansão da agricultura familiar no Brasil, alcançando todos os agricultores familiares de todas as regiões brasileiras. Trata-se, sobretudo, de um programa de crédito rural voltado, também, ao reconhecimento social e político desta categoria de agricultores brasileiros (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Para reforçar este reconhecimento, outro passo importante para a agricultura familiar se firmar enquanto categoria social e política foi a criação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados no *Atlas do espaço rural brasileiro* (IBGE, 2020), 76,8% dos estabelecimentos recenseados são classificados como familiares (são 3.897.408 dos 5.073.324 existentes no país), exercendo seu trabalho em terras próprias (cerca de 81% dos produtores familiares brasileiros se encontra nesta condição), em terras arrendadas, ocupadas ou em parceria, além de extrativistas e produtores de mel e até mesmo de produtores sem área (1,4%).

O Censo Agropecuário 2017 evidenciou dimensões particulares da agricultura familiar no Brasil, destacando práticas como a criação de animais em margens de estradas, a ocupação produtiva nas vazantes de rios e a utilização de roças itinerantes; tais situações eram recorrentes nas regiões Nordeste e Norte do país. Esses dados reforçam a heterogeneidade das estratégias produtivas no meio rural, muitas vezes condicionadas pelas limitações territoriais e socioeconômicas. De acordo com o *Atlas do espaço rural brasileiro* (IBGE, 2020), os agricultores familiares apresentam, em termos demográficos, um perfil mais envelhecido em comparação aos não familiares, concentrando-se, majoritariamente, na faixa etária acima de 55 anos. No que se refere à composição racial e étnica, observa-se a predominância de agricultores que se autodeclararam pardos (45,8%), seguidos por brancos (43,4%) e pretos (8,9%), o que evidencia a diversidade social que caracteriza esse segmento produtivo.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além da criação de programas de crédito agrícola, a agricultura familiar brasileira dispõe de outras políticas públicas que visam propiciar condições socioeconômicas, produtivas e de acesso aos mercados para os agricultores familiares, entre as quais podem ser citadas: Programa Nacional de Reforma Agrária (Incra), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Ecoforte, Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, Projeto Dom Hélder Câmara, Quintais Produtivos, Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, Política Nacional de Abastecimento Alimentar (Pnaab), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território (Pafe) e Programa Nacional de Florestas Produtivas, entre outras (Conheça [...], 2024).

Esse conjunto de políticas e de programas visa dar conta do tamanho e da diversidade da agricultura familiar brasileira. Nesse contexto, o Pronaf é uma política pública que se destaca como uma das mais – senão a mais abrangente – e com maior alcance no meio rural do país, em termos de cobertura espacial (Fossá; Villwock; Matte, 2024).

Em termos normativos, segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (Brasil, 2025), a efetivação do Pronaf acontece de forma gradual ao longo das décadas na forma de custeio, investimento, comercialização e industrialização. O Pronaf é operacionalizado mediante o Plano Safra, divulgado anualmente, com o montante financeiro disponível para os agricultores, considerando o custeio, investimento e comercialização. No caso do Pronaf, o crédito é oferecido com taxas de juros subsidiadas, carência e prazos de pagamento mais adequados à realidade da agricultura familiar (Brasil, 2025). O Pronaf fortaleceu ainda mais o setor ao direcionar recursos para pequenos agricultores, consolidando a agricultura familiar como um segmento produtivo (Brasil, 2025).

Desde 2003, a forma normativa de distribuição do Pronaf acontece via Plano Safra. O Plano Safra é um guia orientador que fornece aos agricultores informações a respeito do montante de crédito que será disponibilizado no ano, para qual finalidade e as condições para acesso, taxas de juros, entre outras informações (Plano [...], 2025).

De acordo com dados do MDA (Pronaf [...], 2024), no Plano Safra de 2022/2023 foram 1.446.309 contratos no país, enquanto no Plano Safra de 2023/2024 o número de contratos chegou a 1.680.900. Entre as regiões brasileiras, a Região Nordeste obteve 701.990 contratos no Plano Safra 2022/2023 e 903.998 no Plano Safra de 2023/2024, sendo o maior volume de contratos, comparativamente, com as demais regiões brasileiras. A segunda região com maior volume de contratos é a Região Sul (458.893 em 2022/2023 e 458.383 em 2023/2024); já a terceira posição é ocupada pela Região Sudeste, com 187.307 contratos relativos ao Plano Safra de 2022/2023 e 220.311 no Plano Safra de 2023/2024. No que tange às outras duas regiões, tem-se o seguinte número de contratos: Norte com 56.420 contratos (Plano Safra 2022/2023) e 57.846 contratos (Plano Safra 2023/2024) e Centro-Oeste com 41.699 contratos relativos ao Plano Safra 2022/2023 e 40.962 contratos em 2023/2024.

Ao longo desse período, observando os Planos Safra, em especial o de 2024/2025, verifica-se uma preocupação governamental em fortalecer cada vez mais uma agricultura familiar produtora de alimentos com crédito

para produção de feijão, arroz, milho, aves, suínos, pecuária de leite, mel, piscicultura, caprinos, hortaliças, legumes e plantas medicinais, entre outros (Plano [...], 2025). Outra característica deste Plano Safra é a preservação e a conservação dos recursos ambientais com linhas de crédito, fomentando a agroecologia, a floresta e a bioeconomia, a agroindustrialização como fomento à agregação de valor à produção primária realizada pelos agricultores e, ainda, a destinação de linhas específicas do Pronaf para mulheres e jovens rurais como fomento à permanência no campo e à valorização do trabalho (Plano [...], 2025).

Dentre as políticas que desempenharam um papel importante para a continuidade das atividades dos agricultores familiares e para a permanência das famílias no meio rural, a política de crédito do Pronaf é inegavelmente significativa (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Para Santos, Alves e Couto (2022), os produtores familiares beneficiados pelo programa apresentam maior capacidade de permanência no campo e melhor desempenho econômico. Estudos em contextos regionalizados, como o de Silva e Ciríaco (2022) sobre os efeitos do Pronaf no meio rural nordestino, mostram um aumento de rendimento de 29,3% entre os agricultores beneficiários em relação aos que não eram beneficiários. Para Souza, Rebello e Santos (2021), também houve melhorias no setor produtivo e na promoção do desenvolvimento regional.

Entretanto, persistem críticas ao programa, especialmente no que se refere a sua operacionalização. Guedes e Carvalho (2021) constataram dificuldades burocráticas, de recursos humanos das agências bancárias e de extensão rural para auxiliar os agricultores, bem como o próprio desconhecimento dos agricultores sobre o programa. Outro ponto de atenção é a assistência técnica, que deveria acompanhar a concessão de crédito, mas, muitas vezes, é ausente ou ineficiente. Spanevello, Matte e Boscardin (2016), analisando o Pronaf Mulher, afirmam a necessidade de agentes bancários a fim de auxiliá-las na tomada de crédito para atividades geradoras de renda destinadas a elas, e não como complementação das atividades/crédito do marido.

Para Souza, Rebello e Santos (2021), desafios encontram-se na elevada concentração dos recursos, nos processos burocráticos, na participação pouco

efetiva de grupos marginalizados, na baixa qualidade da assistência técnica e na comoditização da produção. Mattei (2015) ainda aponta para a concentração regional dos recursos com maior presença nas regiões Sul e Sudeste. Nessas regiões, a tendência é financiar tanto a diversificação das produções quanto a expansão de monoculturas na agricultura familiar (Noskoski *et al.*, 2024).

Considerando a realidade do Rio Grande do Sul, existem, aproximadamente, 294 mil estabelecimentos familiares, o que representa 85% dos estabelecimentos gaúchos. Esses estabelecimentos ocupam 23,5% da área total e concentram 72,2% da mão de obra ocupada na agropecuária do estado, com uma área média de 18 hectares (IBGE, 2017). A agricultura familiar gaúcha concentra-se, especialmente, nas regiões Noroeste e Centro-Oriental; dentro dessas, destacam-se as microrregiões Santa Cruz do Sul (7% dos agricultores familiares gaúchos), Frederico Westphalen (6% dos agricultores familiares), Lajeado-Estrela (5% dos agricultores familiares), Pelotas, com 5%, e Erechim, também com 5% dos agricultores familiares do estado (Feix *et al.*, 2022).

Ao relacionar a agricultura familiar gaúcha com o volume de crédito do Pronaf contratado, observa-se que o Rio Grande do Sul ocupa a posição de estado brasileiro com a maior captação desses recursos (Gross, 2024). De acordo com os dados, em 2022, os agricultores familiares gaúchos foram responsáveis por 13,7% do volume total de crédito rural do país, com mais de 300 mil contratos, o que correspondeu a aproximadamente 15% do montante nacional.

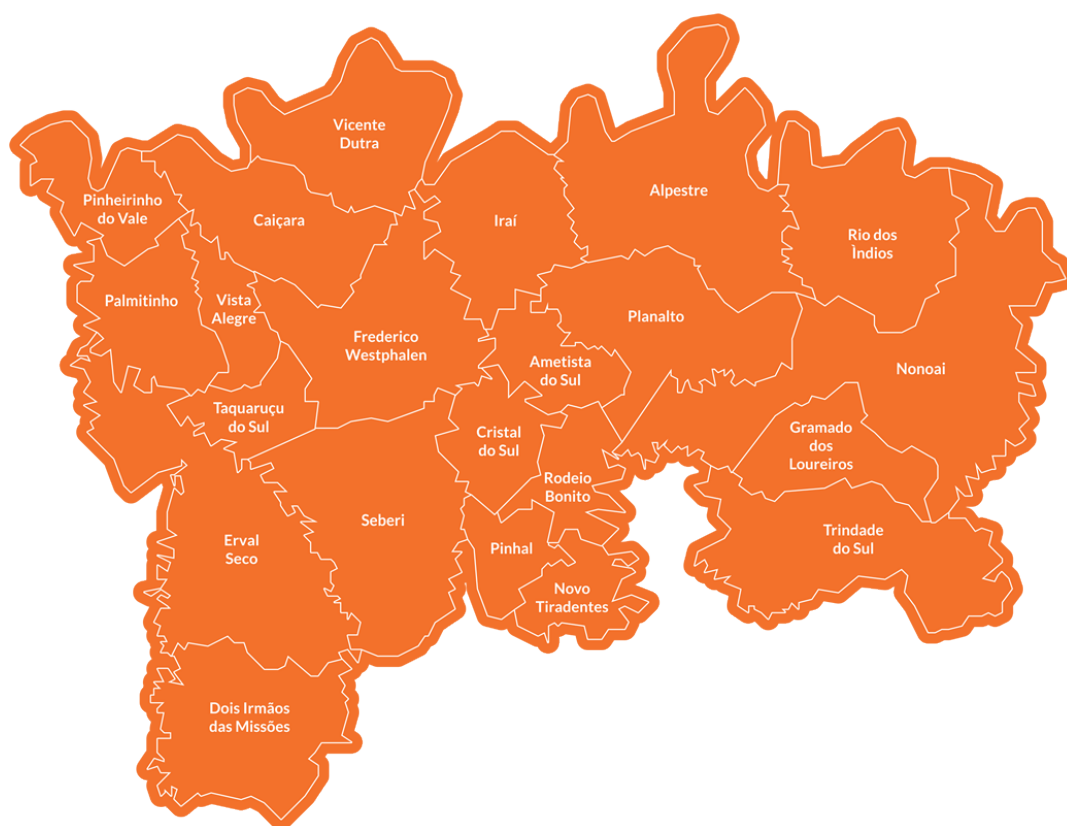
No entanto, torna-se necessário avaliar de que forma a agricultura familiar tem acessado o crédito disponibilizado pelo Pronaf. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é avaliar, de maneira cronológica, a distribuição de recursos de crédito do programa, nas modalidades de custeio e investimento, durante os anos de 2013 a 2024, na região compreendida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai (Codemau). Esse Corede é composto por 22 municípios, incluindo a microrregião de Frederico Westphalen, considerada uma das mais representativas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul (Codemau, 2023). A análise contempla, ainda, a diversidade de modalidades do Pronaf acessadas em cada município, as

diferentes fontes de recursos mobilizadas e os agentes financeiros responsáveis por sua operacionalização. Em termos estruturais, o artigo está organizado em introdução, procedimentos metodológicos, resultados e discussão, considerações finais e referências.

Procedimentos metodológicos

O estado do Rio Grande do Sul divide-se em nove Regiões Funcionais de Planejamento (RFP) e em 28 Coredes. Cada uma dessas regiões dos Coredes está vinculada a uma RFP (Rio Grande do Sul, 2024). Os dados analisados referem-se aos municípios que compõem o Corede Médio Alto Uruguai, que faz parte da RFP 9 (Figura 1). Criado em 1991, ele é, atualmente, composto por 22 municípios, tendo como principais centros urbanos Frederico Westphalen, Nonoai, Planalto e Seberi. Os demais municípios se caracterizam por serem de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes (Codemau, 2017).

Figura 1 – Municípios do Corede Médio Alto Uruguai.



Fonte: Codemau (2023).

O Corede em questão possui uma população de 151.919 habitantes; destes, 55% residem no meio urbano e 45% no rural, o que reflete a estrutura de pequenas propriedades e a alta participação da agropecuária na economia local (Codemau, 2017). Quanto à participação da agricultura familiar nesta região, a Tabela 1, a seguir, evidencia a distribuição de estabelecimentos por município, diferenciados entre agricultura familiar e não familiar. Importa destacar o número de estabelecimentos familiares nos municípios de Alpestre e Erval Seco.

Tabela 1 – Participação de estabelecimentos familiares nos 22 municípios do Codemau.

Municípios	AF	Não AF	Total	% de AF
Alpestre	1296	121	1417	91,46%
Ametista do Sul	571	74	645	88,53%
Caiçara	869	67	936	92,84%
Cristal do Sul	415	34	449	92,43%
Dois Irmãos das Missões	168	49	217	77,42%
Ervál Seco	1082	137	1219	88,76%
Frederico Westphalen	885	110	995	88,94%
Gramado dos Loureiros	309	35	344	89,83%
Iraí	697	68	765	91,11%
Nonoai	361	76	437	82,61%
Novo Tiradentes	330	35	365	90,41%
Palmitinho	834	120	954	87,42%
Pinhal	374	66	440	85,00%
Pinheirinho do Vale	576	104	680	84,71%
Planalto	956	124	1080	88,52%
Rio dos Índios	504	60	564	89,36%
Rodeio Bonito	455	60	515	88,35%
Seberi	979	181	1160	84,40%
Taquaruçu do Sul	367	49	416	88,22%
Trindade do Sul	442	87	529	83,55%
Vicente Dutra	763	35	798	95,61%
Vista Alegre	366	47	413	88,62%
Total Codemau	13599	1739	15338	

Fonte: os autores, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Verifica-se que, em todos os municípios, a agricultura familiar se destaca como a principal forma de ocupação do território e, por

consequência, de produção agropecuária. Nesses estabelecimentos são produzidos, principalmente, leite e frutas, com ênfase no cultivo de citrus e na vitivinicultura. Além disso, culturas como soja, milho, trigo e feijão são relevantes, especialmente em municípios cujas propriedades apresentam maior escala de produção (Codemau, 2023).

No campo da produção animal, destacam-se a criação de suínos e de aves, principalmente sob o sistema de integração, além da criação de caprinos e ovinos e da produção de mel. Também tem forte vocação para agroindustrialização (conservas e doces, farináceos e da área animal, no processamento de carnes em embutidos, queijos e derivados de leite e pescados) e na produção de produtos mais alternativos, como porongo, erva-mate, cana-de-açúcar e bambu (Codemau, 2023). Parte da produção desses agricultores é destinada ao abastecimento de mercados locais, mercados institucionais e cooperativas agropecuárias. Grande parte desses produtores é associada a cooperativas, inclusive de crédito (Codemau, 2023).

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos do Sistema de Operações do Crédito Rural (Sicor), disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Foram coletadas informações referentes à operacionalização do Pronaf Custeio e Investimentos, entre os anos de 2013 e 2024. Para fins de uniformidade temporal e de correção monetária, os valores monetários foram atualizados conforme o Índice de Preços do Mercado (IGP-M), atualizado para dezembro de 2024. As variáveis analisadas estão dispostas no Quadro 1. Convém ressaltar que o número de contratos difere do número de operações, uma vez que uma operação compreendia um ou mais contratos registrados no Sicor.

Quadro 1 – Variáveis analisadas.

Variáveis	Estratificação das variáveis	Tipo de análise
Número de operações (n.)	Ano (2013 a 2024); atividade (custeio e investimento); município (Codemau)	Estatística descritiva (média, desvio padrão) Teste não paramétrico (Kruskal-Wallis)
Número de contratos (n.)	Ano (2013 a 2024); atividade (custeio e investimento); Município (Codemau), instituição financeira (Banco Comercial, Banco de Investimento e Cooperativa de Crédito)	Estatística descritiva (média, desvio padrão) Teste não paramétrico (Kruskal-Wallis)
Valor dos contratos (R\$)	Ano (2013 a 2024); atividade (custeio e investimento); Município (Codemau), instituição financeira (Banco Comercial, Banco de Investimento e Cooperativa de Crédito)	Estatística descritiva (média, mediana) Teste não paramétrico (Kruskal-Wallis)
Subprogramas do Pronaf	Custeio (MCR-2); Mais Alimentos; Agroindústria; Mulher; Bioeconomia; Reforma Agrária e Beneficiários (MCR-3); Microcrédito Produtivo Rural entre outros	Estatística descritiva Frequência absoluta e relativa
Fonte dos recursos	Obrigatórios MCR 6.2; Poupança Rural – Controlados Subvenção Econômica; BNDES/Finame – Equalizável; Recursos Livres Equalizáveis Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) (Lei 12.793/2013/Art. 6º Equalizável; Exigibilidade Adicional da Poupança Rural; Tesouro Nacional; Recursos Livres; Poupança Rural – Controlados – Condições MCR 6.2	Estatística descritiva Frequência absoluta e relativa

Fonte: os autores (2025).

As variáveis “Subprogramas do Pronaf”, “Fonte dos recursos” e “Instituições financeiras operacionalizadoras” foram analisadas por intermédio de estatística descritiva, mais especificamente por análise de frequência. Nas variáveis “Número de operações e de contratos (n.)” e “Valor de operações e dos contratos (R\$)”, quando estratificadas por ano, realizou-se uma estatística não paramétrica, uma vez que os testes de normalidade de Shapiro-Wilk e Kolmogorov-Smirnov (Field, 2009), mesmo quando os dados foram transformados para LogNatural, não apresentaram distribuição normal.

Perante a não normalidade da amostra, em número de contratos e valor do Pronaf investimento por perfil de instituição financeira, utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis para realizar as comparações de três ou mais grupos para diferentes variáveis (Field, 2009). No entanto, para o Pronaf Custeio, foi realizado o teste de mediana.

O teste de Kruskal-Wallis é um teste não paramétrico, alternativo à Análise de Variância (Anova) de um fator (Field, 2009), recomendado para os casos em que os pressupostos básicos necessários para um cálculo de Anova não são observados. Ele é utilizado na comparação de três ou mais amostras independentes e indica se há diferença entre pelo menos dois grupos. A aplicação do teste utiliza os valores numéricos transformados em postos e agrupados num só conjunto de dados (Field, 2009). O P-valor de 0,000 $P < 0,05$ rejeita hipótese nula (h_0) de que não há diferença significativa entre duas ou mais regiões. Posteriormente, por intermédio da Correção de Bonferroni, foi possível localizar quais os grupos que apresentam diferenças, também a um P-valor de $P < 0,05$.

O Pronaf Agrícola e Pecuário no Corede Médio Alto Uruguai

Entre os anos de 2013 e 2024, os investimentos no setor agropecuário totalizaram R\$ 1,97 bilhões, sendo que a maior parte desses recursos foi destinada à agricultura, que concentrou R\$ 1,19 bilhões, o equivalente a 60,49% do total. A pecuária recebeu R\$ 780,99 milhões, representando 39,51%.

Tabela 2 – Evolução do Pronaf Investimentos, por atividade, no período de 2013 a 2024.

Ano	Investimento agrícola (R\$)	Investimento agrícola (%)	Investimento pecuário (R\$)	Investimento pecuário (%)	Total investimento (R\$)
2013	61.997.515,70	61,8	38.323.675,90	38,2	100.321.191,60
2014	66.563.571,70	59,41	45.480.639,00	40,59	112.044.210,70
2015	37.099.881,30	55	30.357.640,90	45	67.457.522,20
2016	31.059.499,50	71,33	12.481.383,50	28,67	43.540.882,90
2017	59.097.913,10	64,81	32.095.200,50	35,19	91.193.113,60
2018	58.812.490,10	54,98	48.163.679,20	45,02	106.976.169,20
2019	73.967.116,40	61,77	45.777.685,50	38,23	119.744.801,90
2020	87.766.768,60	53,34	76.777.884,10	46,66	164.544.652,70
2021	138.325.540,60	61,24	87.535.917,00	38,76	225.861.457,60
2022	142.030.580,20	62,19	86.346.163,20	37,81	228.376.743,40
2023	163.759.501,70	56,54	125.855.662,10	43,46	289.615.163,70
2024	275.323.072,60	64,46	151.797.175,00	35,54	427.120.247,60
Total	1.195.803.451,50	60,49	780.992.705,80	39,51	1.976.796.157,20

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

Ao longo desse período, o investimento agrícola se manteve predominante em todos os anos, com variações na sua participação percentual que oscilaram entre 53% (em 2020) e 71% (em 2016). O maior volume de investimentos foi registrado em 2024, com R\$ 427,12 milhões aplicados, dos quais 64,46% foram direcionados à agricultura. Em contraste, o menor valor total ocorreu em 2016, com apenas R\$ 43,540 milhões investidos.

Entre as tendências observadas, destaca-se um crescimento expressivo nos investimentos a partir de 2021, com os anos de 2023 e 2024 despontando como os mais robustos nesse aspecto. A pecuária teve seus momentos de maior participação relativa em 2015, 2018 e 2020, quando chegou a representar até 46,66% dos investimentos totais. Embora o volume absoluto investido na pecuária tenha crescido significativamente a partir de 2022, sua participação percentual no total recuou, reforçando a predominância da agricultura nesse tipo de financiamento (Tabela 2).

Tabela 3 – Evolução do Pronaf Custeio, por atividade, no período de 2013 a 2024.

Ano	Custeio agrícola (R\$)	Custeio agrícola (%)	Custeio pecuário (R\$)	Custeio pecuário (%)	Total do custeio (R\$)
2013	99.415.216,80	77,09	29.536.923,10	22,91	128.952.139,90
2014	121.108.145,30	77,11	35.950.977,00	22,89	157.059.122,30
2015	126.682.998,60	76,17	39.634.287,30	23,83	166.317.285,90
2016	125.035.197,40	84,03	23.768.177,50	15,97	148.803.374,90
2017	131.846.184,60	74,96	44.041.649,40	25,04	175.887.834,00
2018	136.889.088,30	73,69	48.865.304,40	26,31	185.754.392,70
2019	149.415.134,80	71,73	58.887.273,90	28,27	208.302.408,70
2020	212.069.892,10	74,45	72.765.716,90	25,55	284.835.609,00
2021	325.166.730,70	77,99	91.784.539,00	22,01	416.951.269,70
2022	524.096.719,20	79,87	132.088.849,90	20,13	656.185.569,10
2023	462.004.508,60	70,24	195.730.115,70	29,76	657.734.624,30
2024	490.488.165,20	65,24	261.374.168,50	34,76	751.862.333,70
Total	2.904.217.981,60	73,74	1.034.427.982,70	26,26	3.938.645.964,30

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

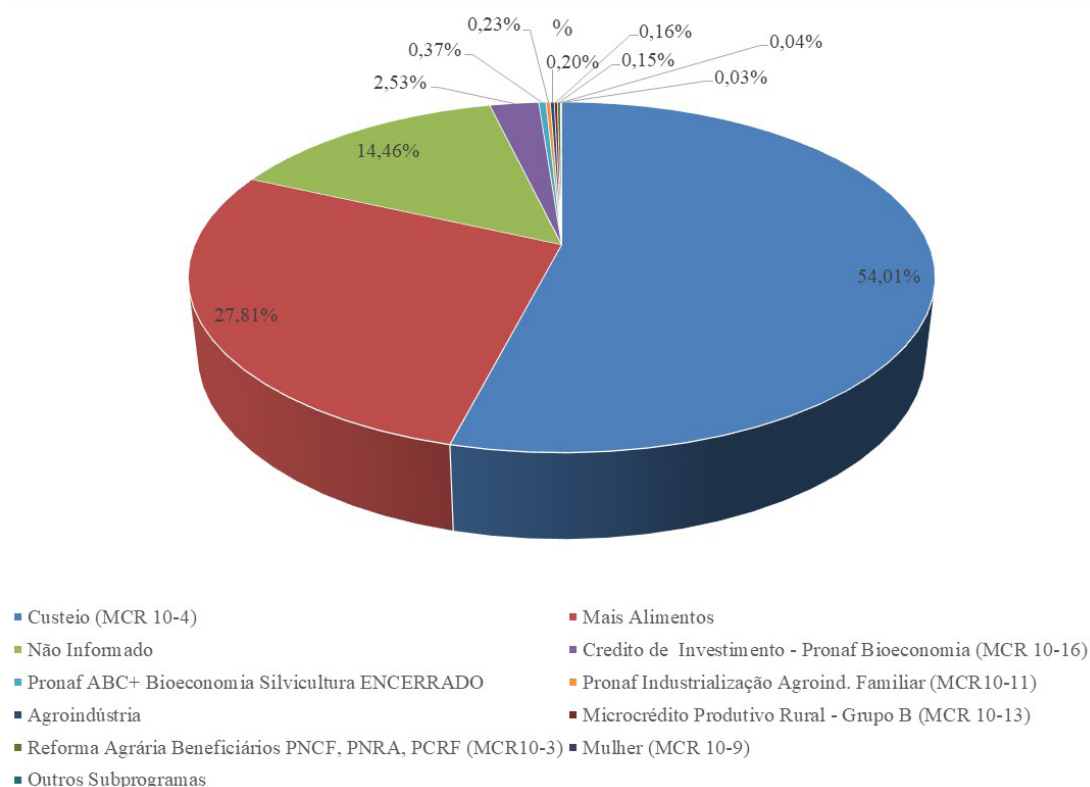
No que diz respeito ao custeio agropecuário no mesmo período (2013–2024), os valores totais foram ainda mais expressivos: R\$ 3,93 bilhões.

A agricultura novamente liderou com ampla vantagem, absorvendo R\$ 2,90 bilhões (73,74%), enquanto a pecuária ficou com R\$ 1,03 bilhões (26,26%). A predominância do custeio agrícola foi ainda maior do que a do investimento, com percentuais variando de 65,24% (em 2024) até 84,03% (em 2016). O ano de 2024 foi o de maior volume total em custeio, atingindo R\$ 751,86 milhões, mesmo tendo registrado o menor percentual da série para a agricultura, o que indica um crescimento mais acelerado do custeio pecuário nos últimos anos (Tabela 3).

A partir de 2020, de acordo com a Tabela 3, observou-se um aumento significativo nos valores totais de custeio, com destaque para a agricultura. A pecuária, por sua vez, registrou crescimento mais expressivo entre 2022 e 2024: nesse intervalo, os valores aumentaram de R\$ 132,88 milhões para R\$ 261,34 milhões – um aumento de quase 100%. Essa tendência pode indicar tanto o encarecimento da produção pecuária quanto um maior incentivo ou necessidade de financiamento específico para esse segmento.

Ao comparar os dados referentes aos recursos destinados às finalidades de custeio e de investimento, verifica-se que o volume alocado para o custeio foi aproximadamente o dobro daquele destinado aos investimentos, totalizando R\$ 3,93 bilhões e R\$ 1,97 bilhões, respectivamente. A agricultura concentrou a maior parte dos recursos tanto nos investimentos (60,49%) quanto nos custeios (73,74%), evidenciando sua centralidade nas políticas de crédito rural. Isso pode estar relacionado ao maior uso de insumos, à maior tecnificação da produção agrícola e à necessidade contínua de manutenção da atividade produtiva nas lavouras.

Figura 2 – Distribuição do Pronaf de acordo com os subprogramas no período de 2013 a 2024.



Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Quanto à destinação dos recursos, os dados revelam que a maioria dos financiamentos foi aplicada na modalidade de custeio (MCR 10-4), que corresponde a 54,01% das operações (Figura 2). Isso reforça a característica sazonal da agricultura familiar, que depende do custeio de insumos como sementes, defensivos, ração e combustível. Embora coerente com a realidade produtiva do campo, esse foco majoritário em custeio revela menor ênfase em investimentos que promovam a transformação estrutural das propriedades, como a agregação de valor ou a adoção de tecnologias inovadoras.

Em segundo lugar, destaca-se o programa “Mais Alimentos”, responsável por 27,81% das aplicações. Voltado à modernização produtiva, mecanização e infraestrutura, esse programa ainda representa um esforço relevante de investimento, embora seja menos priorizado em comparação ao custeio. Importa mencionar que 14,46% dos contratos não possuem especificação

quanto ao seu objetivo, o que prejudica a transparência e impede uma avaliação precisa do impacto dos recursos públicos aplicados (Figura 2).

Alguns subprogramas apresentam adesão muito baixa, inferior a 1%, como o Pronaf ABC+ Bioeconomia e Silvicultura (2,53%, já encerrado), Agroindústria (0,37%), Microcrédito Produtivo – Grupo B (0,15%), Mulher – MCR 10-9 (0,04%) e Reforma Agrária – MCR 10-3 (0,16%). Esses dados indicam um acesso muito limitado às linhas específicas voltadas à sustentabilidade, às mulheres rurais, aos beneficiários da reforma agrária e aos microempreendedores.

Tabela 4 – Fonte dos recursos destinados ao Pronaf no período de 2013 a 2024.

Fonte dos recursos	Número de operações	Variação %
Obrigatórios MCR 6.2	10.326	34,64
Poupança Rural - Controlados Subvenção Econômica	9.065	30,41
BNDES/Finame - Equalizável	7.189	24,12
Recursos livres equalizáveis	1.969	6,61
Instrumento Híbrido Capital Dívida (IHCD) (Lei 12.793/2013/Art. 6º Equalizável)	593	1,99
Não identificado	339	1,13
Exigibilidade adicional da Poupança Rural	190	0,64
Tesouro Nacional	126	0,42
Recursos livres	11	0,04
Poupança Rural – Controlados – Condições MCR 6.2	1	0,00
Total	29.809	100,0

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: o número de operações difere do número de contratos, pois em cada operação registrada pode constar mais de um contrato.

A estrutura das fontes dos recursos utilizadas para financiar o Pronaf revela uma forte concentração nas fontes tradicionais de financiamento, com destaque para os recursos obrigatórios (MCR 6.2), que representam 34,64% do total, seguidos pela poupança rural controlada com subvenção econômica (30,41%) e pelos financiamentos via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Finame Equalizável (24,12%). Juntas, essas três fontes correspondem a mais de 89% das operações realizadas, demonstrando a importância da política agrícola, de instrumentos de crédito subsidiado e da intervenção estatal para fomentar a agricultura familiar.

Esse cenário confirma o papel central das políticas públicas na sustentação financeira da agricultura, especialmente no que se refere à agricultura familiar, que depende fortemente do crédito com juros equalizados e de recursos obrigatórios. No entanto, essa forte dependência do setor público indica um mercado de crédito ainda pouco autônomo, sujeito às diretrizes fiscais e à disponibilidade orçamentária federal. A baixa diversificação é evidente: recursos livres equalizáveis representam 6,61%, enquanto fontes como o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) (1,99%), Tesouro Nacional (0,42%), exigibilidade adicional da poupança rural (0,64%) e recursos livres (0,04%) têm presença quase residual. Essa limitação pode se transformar em um risco estrutural, especialmente em cenários de retração fiscal ou em mudanças regulatórias, comprometendo a resiliência do sistema de crédito rural.

Distribuição do Pronaf em municípios do COREDE Médio Alto Uruguai

Os municípios que compõem o Corede Médio Alto Uruguai se configuram pela presença expressiva de estabelecimentos de agricultura familiar, com destaque para os municípios de Alpestre (1.296 estabelecimentos) e Erval Seco (1.082 estabelecimentos), ambos com mais de mil estabelecimentos (IBGE, 2017). Na Tabela 5, são apresentados dados referentes ao Pronaf destinado a investimentos, estratificados por município, referentes ao período de 2013 a 2024.

Tabela 5 – Distribuição do Pronaf Investimento, por município, no período de 2013 a 2024.

Município	N. contratos por investimento	Valor do investimento (R\$)	Valor médio do contrato (R\$)	N. médio de contrato/ano	N. hectares financiados
Alpestre	3.171	166.154.647,80	52.398,19	264	256.309
Frederico Westphalen	2.997	191.874.512,10	64.022,19	250	249.313
Iraí	2.469	120.223.199,90	48.693,07	206	140.901
Caiçara	2.204	122.419.625,20	55.544,29	184	181.784
Seberi	2.194	133.269.889,60	60.742,88	183	125.990
Planalto	2.113	109.253.834,20	51.705,55	176	137.654
Erval Seco	2.010	98.677.518,90	49.093,29	168	189.088
Palmitinho	1.880	100.663.372,90	53.544,35	157	80.075
Vista Alegre	1.515	95.165.835,90	62.815,73	126	71.503
Vicente Dutra	1.490	75.540.631,10	50.698,41	124	110.114
Trindade do Sul	1.424	84.554.536,50	59.378,19	119	221.083
Rio dos Índios	1.379	74.228.163,30	53.827,53	115	183.210
Taquaruçu do Sul	1.272	88.709.342,90	69.740,05	106	58.251
Pinheirinho do Vale	1.168	71.933.820,90	61.587,18	97	29.878
Nonoai	965	57.753.048,90	59.847,72	80	228.273
Rodeio Bonito	930	73.879.398,70	79.440,21	78	91.219
Pinhal	888	85.449.639,70	96.227,07	74	107.101
Novo Tiradentes	851	67.889.014,10	79.775,57	71	174.204
Cristal do Sul	735	58.140.695,80	79.102,99	61	79.401
Gramado dos Loureiros	655	45.292.945,60	69.149,54	55	1.247.447
Ametista do Sul	531	26.112.609,20	49.176,29	44	29.526
Dois Irmãos das Missões	490	29.609.873,90	60.428,31	41	118.899
Total	33.331	1.976.796.157,20	59.308,04	2.778	4.111.223

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

Na Tabela 6, são apresentados dados referentes ao Pronaf destinado a atividades de custeio, estratificados por município, referentes ao período de 2013 a 2024.

Tabela 6 – Distribuição do Pronaf Custeio, por município, no período de 2013 a 2024.

Município	Número de contratos por custeio	Valor custeio (R\$)	Valor médio do contrato	Número médio de contrato/ano	Número de hectares financiados
Alpestre	11.352	275.943.343,80	24.307,91	946	3.776.579
Frederico Westphalen	9.969	328.786.007,20	32.980,84	831	7.247.241
Seberi	8.645	278.645.427,50	32.231,98	720	6.675.136
Planalto	8.278	252.437.057,10	30.494,93	690	6.830.721
Caiçara	8.051	233.863.362,20	29.047,74	671	4.718.385
Iraí	7.234	253.186.946,80	34.999,58	603	5.510.192
Erval Seco	7.155	218.716.669,70	30.568,37	596	5.154.321
Vicente Dutra	6.632	206.449.909,80	31.129,36	553	5.072.300
Trindade do Sul	6.628	257.581.964,80	38.862,70	552	6.179.256
Palmitinho	5.994	138.969.147,90	23.184,71	500	1.892.959
Rio dos Índios	5.158	173.537.039,00	33.644,25	430	9.255.321
Taquaruçu do Sul	4.988	156.983.911,80	31.472,32	416	2.438.770
Pinheirinho do Vale	4.868	146.994.529,60	30.196,08	406	1.468.470
Vista Alegre	4.163	159.512.641,90	38.316,75	347	2.005.921
Novo Tiradentes	3.982	164.743.571,10	41.372,07	332	4.035.295
Nonoai	3.606	145.226.101,40	40.273,46	301	7.546.977
Gramado dos Loureiros	3.497	116.378.831,60	33.279,62	291	3.003.884
Rodeio Bonito	3.373	104.177.871,00	30.885,82	281	2.513.690
Pinhal	3.291	119.846.804,10	36.416,53	274	2.427.735
Cristal do Sul	2.842	90.472.242,50	31.834,01	237	2.212.626
Dois Irmãos das Missões	2.033	79.753.824,90	39.229,62	169	2.362.040
Ametista do Sul	1.525	36.438.758,60	23.894,27	127	702.499
Total	123.264	3.938.645.964,30	31.952,93	10.272	93.030.318

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

A análise dos dados referentes aos contratos de crédito rural revela importantes informações sobre os municípios que mais se destacam na região do Corede Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, considerando tanto os valores contratados quanto a distribuição dos contratos e a área financiada. Ao observar os cinco municípios com maior volume financeiro total contratado (Tabelas 5 e 6), somando as modalidades de investimento e de custeio, percebe-se que Frederico Westphalen ocupa o primeiro lugar com R\$ 520,62 milhões contratados, seguido

por Alpestre com R\$ 442,09 milhões, Seberi com R\$ 411,93 milhões, Iraí com R\$ 373,40 milhões e Planalto com R\$ 361,68 milhões. Esse resultado reflete uma forte presença do crédito rural nesses municípios, indicando uma agricultura dinamizada, estruturada e com bom acesso aos recursos financeiros disponíveis pelas políticas públicas e pelas instituições financeiras.

A análise dos dados referentes aos contratos de crédito rural revela importantes informações sobre os municípios que mais se destacam na região do Corede Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, considerando tanto os valores contratados quanto a distribuição dos contratos e a área financiada.

Ao analisar o valor médio dos contratos por município, seja nas operações de investimento, seja nas de custeio (Tabelas 5 e 6), observa-se que, de modo geral, os contratos de custeio apresentam valores médios superiores. Em Frederico Westphalen, por exemplo, o valor médio dos contratos de investimento é de aproximadamente R\$ 64.022,19, enquanto nos contratos de custeio o valor médio sobe para cerca de R\$ 32.980,84 anuais. O mesmo padrão é observado em Alpestre (R\$ 48.693,07 para investimento e R\$ 32.231,98 para custeio) e em Seberi (R\$ 910 mil em investimento e R\$ 2,32 milhões em custeio). Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que os contratos de custeio costumam atender áreas maiores e são renovados anualmente, enquanto os de investimento tendem a envolver aquisições pontuais, como equipamentos, máquinas e infraestrutura.

No que se refere à quantidade de contratos, o município de Alpestre lidera com 14.523 contratos totais (sendo 11.352 de custeio e 3.171 de investimento); em seguida estão Frederico Westphalen, com 12.966 contratos, e Seberi, com 10.839. Esses números indicam que, além do volume financeiro expressivo, esses municípios também contam com ampla distribuição de recursos entre produtores, possivelmente refletindo uma forte organização social e cooperativa, bem como uma estrutura fundiária que favorece o acesso ao crédito por um número maior de beneficiários.

No que diz respeito à área financiada, os dados também apontam diferenças importantes. Em relação aos contratos de investimento, destaca-se o município de Gramado dos Loureiros com 1.247.447 hectares, número atípico em comparação aos demais, o que pode indicar casos de alta concentração fundiária. Desconsiderando esse caso, os municípios com maior área financiada em

investimento são: Alpestre (256.309 ha), Frederico Westphalen (249.313 ha), Nonoai (228.273 ha) e Trindade do Sul (221.083 ha). Já em custeio, as maiores áreas aparecem em Rio dos Índios (9.255.321 ha), Frederico Westphalen (7.247.241 ha) e Alpestre (3.776.579 ha), evidenciando o foco na manutenção e no financiamento de atividades agrícolas contínuas e de larga escala nesses municípios.

Outro aspecto relevante diz respeito às variações territoriais e estruturais identificadas a partir dos dados. Municípios como Frederico Westphalen, além de apresentarem alto volume financeiro, também possuem altas médias por contrato, indicando a presença de produtores com maior escala ou com projetos de maior valor agregado. Já municípios como Alpestre apresentam elevado número de contratos, mas com valores médios um pouco inferiores, o que pode refletir um perfil mais voltado à agricultura familiar, com produtores de menor porte, mas em maior número.

De forma geral, os dados analisados demonstram que o crédito rural está concentrado em alguns polos regionais, com destaque para Frederico Westphalen, Alpestre, Seberi, Iraí e Planalto, tanto em termos de volume quanto em número de contratos e áreas atendidas. Essas informações são fundamentais para compreender a dinâmica territorial do crédito rural e podem subsidiar ações de planejamento, políticas públicas e estratégias de fortalecimento do sistema cooperativo e financeiro regional. O município de Alpestre concentra o maior número de estabelecimentos agropecuários da região (1.417), seguido por Iraí. Em ambos os casos, mais de 90% desses estabelecimentos são classificados como familiares (IBGE, 2017), o que evidencia a centralidade da agricultura familiar na base produtiva local. Esse perfil reforça a relevância das políticas públicas de crédito, em especial o Pronaf, uma vez que a elevada participação da agricultura familiar na estrutura produtiva regional implica maior demanda por financiamento para custeio e investimento, tornando o acesso ao crédito fator decisivo para a sustentabilidade e para o fortalecimento da economia rural.

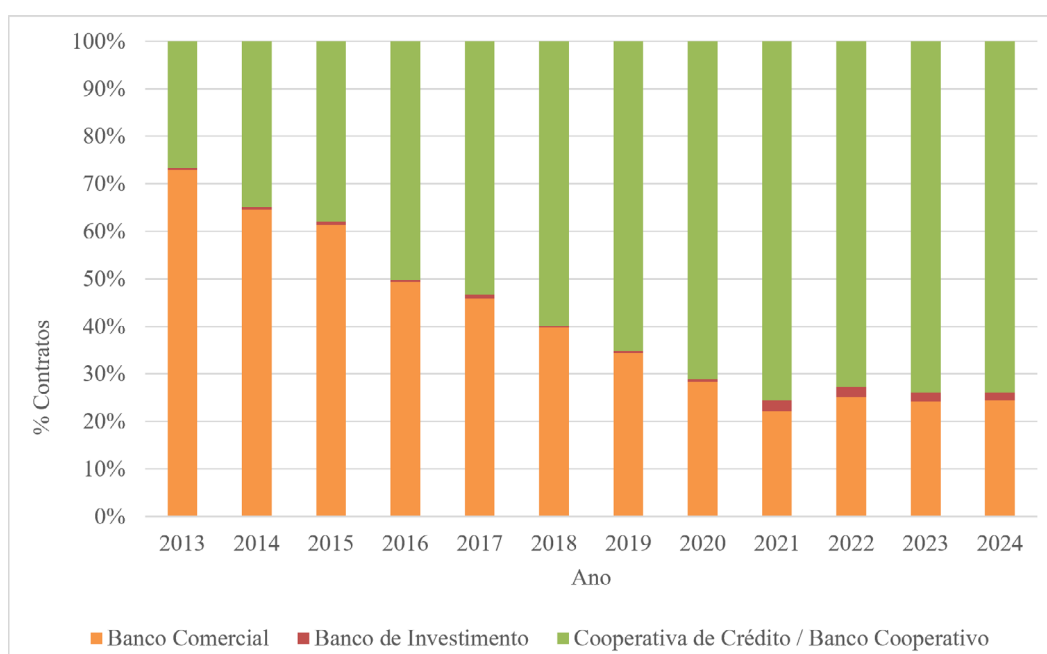
Perfil das instituições financeiras que operacionalizaram o Pronaf em municípios do Corede Médio Alto Uruguai

A agricultura familiar representa mais de 80% das propriedades rurais no estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2017), as quais dependem fortemente do

crédito rural para manter sua produção e sustentabilidade. Nesse contexto, a presença ativa do cooperativismo na região do Corede Médio Alto Uruguai é estratégica: além de prover acesso ao crédito, as cooperativas contribuem para a capacitação, orientação técnica e fortalecimento da economia local.

O sistema cooperativo de crédito, conforme definido por Schneider (2006), baseia-se na associação de pessoas com interesses econômicos comuns, que se organizam para prestar serviços financeiros mútuos, com foco no desenvolvimento da comunidade. Diferentemente das instituições bancárias tradicionais, as cooperativas são instituições sem fins lucrativos, geridas de forma democrática pelos próprios associados.

Figura 3 – Percentual de contratos de Pronaf operacionalizados por perfil de instituição financeira, em municípios do Corede Médio Alto Uruguai no período de 2013 a 2024.



Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

A análise da participação das instituições financeiras na operacionalização dos contratos do Pronaf nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, no período de 2013 a 2024, revela uma predominância significativa das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos. Esses agentes mantiveram, especialmente a partir de 2017, mais de 50% de participação nas operações, atingindo patamares

superiores a 60%, especialmente a partir de 2020. Esse desempenho evidencia a centralidade do sistema cooperativo no financiamento da agricultura familiar regional, sendo reflexo de sua proximidade com os produtores e da capacidade de oferecer atendimento mais personalizado e acessível às especificidades locais. Também oferecem benefícios regulatórios e promovem a inclusão financeira ao disponibilizar crédito para pequenos produtores rurais (Fanho; Ouro-Salim, 2024). O trabalho das cooperativas junto aos cooperados, no caso, agricultores familiares, exerce um papel importante no fortalecimento das relações e permite ao tomador novas oportunidades de crédito, estimulando a criação, o desenvolvimento ou a ampliação dos negócios (Aleixo; Tañski, 2022).

Em contrapartida, os bancos comerciais, que no início da série (2013) representavam cerca de 70% das operações, apresentaram uma tendência de queda constante. A partir de 2017, sua participação passou a ser inferior à das cooperativas e, nos últimos anos analisados (2022 a 2024), ficou próxima da faixa dos 30%. Essa retração pode estar associada a uma possível reorientação estratégica dessas instituições, que historicamente têm maior presença no crédito rural empresarial e podem apresentar maior burocracia, menor flexibilidade e menor atratividade na concessão de crédito de menor valor, como os contratos do Pronaf.

Já os bancos de investimento tiveram uma participação praticamente residual durante todo o período analisado, oscilando entre 1% e 3%. Isso é esperado, considerando que essas instituições não têm como foco a operacionalização de crédito rural produtivo para pequenos agricultores, atuando principalmente em operações financeiras de maior porte e complexidade. De modo geral, os dados indicam a hegemonia do sistema cooperativo como principal operador do Pronaf na região, reforçando sua relevância enquanto instrumento de democratização do acesso ao crédito rural.

O Codemau caracteriza-se por uma assimetria populacional, considerando os 22 municípios que o compõem. Com exceção de Frederico Westphalen, o maior deles (32.627 hab.), onze municípios têm menos de 5 mil habitantes; sete situam-se entre 5 mil e 10 mil; e três entre 11 mil e 14 mil habitantes (Nonoai, Seberi e Planalto). Padilha (2023) demonstra que as cooperativas de crédito apresentam um impacto positivo na propagação do Pronaf no Rio Grande do Sul, especialmente em municípios com um contingente populacional abaixo de 25 mil habitantes.

Operações Pronaf Custeio e Investimentos ao longo do período 2013 a 2024

Historicamente, o Pronaf propiciou a inserção de agricultores familiares nos processos de produção e de comercialização de produtos agropecuários, por intermédio de suas diferentes modalidades e atividades. Com isso, em larga medida, tem alcançado um contingente cada vez mais expressivo de agricultores familiares de todas as regiões do país. Dessa forma, essa modalidade de crédito rural também insere os agricultores nos diferentes mercados, propicia a geração de renda e o reconhecimento social dos agricultores (Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Tabela 7 – Evolução do número de contratos e valor de recursos concedidos, por ano

Ano	N. operações	Média de contratos por operação	Erro de média padrão	Soma de contratos	Percentis	Mediana	Percentis
					25%	50%	75%
2013	1745	9,60	0,53	16759	1	3	8
2014	1782	7,41	0,41	13199	1	3	7
2015	1850	6,38	0,31	11802	1	2	6
2016	1533	5,92	0,33	9083	1	2	5
2017	2102	4,95	0,21	10395	1	2	4
2018	2321	4,43	0,19	10273	1	2	4
2019	2414	4,30	0,15	10378	1	2	4
2020	2651	4,55	0,17	12056	1	2	4
2021	2803	5,03	0,21	14109	1	2	5
2022	3117	4,96	0,17	15469	1	2	5
2023	3591	4,48	0,13	16098	1	2	4
2024	3900	4,35	0,13	16974	1	2	4
Total	29809			156.595			

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

No que diz respeito às operações, elas apresentam um crescimento contínuo, muito provavelmente decorrente da pulverização dos registros junto ao Sicor, o que implica, naturalmente, a redução do número médio de contratos por operação (Tabela 7). A mesma tendência pode ser confirmada pelos resultados das medianas anuais e dos percentis. No entanto, no que se refere ao volume dos contratos do

Pronaf, desde 2013, o número apresentou uma tendência de queda, só atingindo o mesmo patamar no ano de 2024. Assim, no ano de 2013, 39,79% dos contratos apresentavam uma mediana de (R\$ 52.204,60). Em 2024, esse percentual cresceu para 47,84%, para uma mediana de R\$ 144.614,73, ou aumento de 8,05%.

Tabela 8 – Evolução do número de contratos e valor de recursos concedidos, por ano.

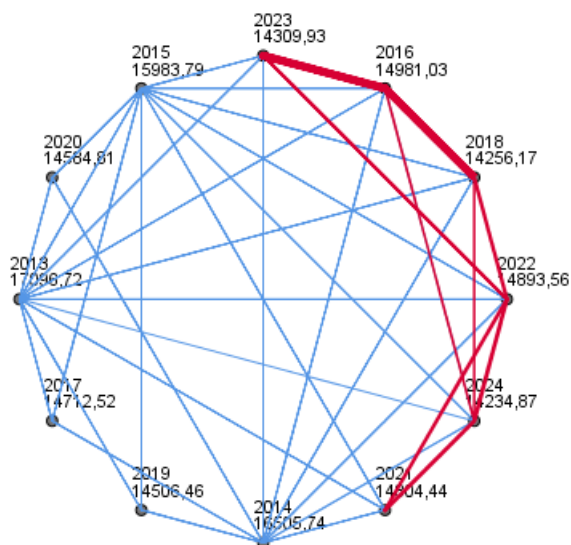
Ano	N. operações	Média de contratos por operação (R\$)	Erro de média padrão (R\$)	Soma de contratos (R\$)	Percentis	Mediana	Percentis
					25%	50%	75%
2013	1745	131.388,73	5.613,10	229.273.331,54	21.921,40	52.204,60	130.509,69
2014	1782	151.011,97	6.304,91	269.103.333,03	25.918,24	64.106,32	162.468,01
2015	1850	126.364,76	4.691,82	233.774.808,05	23.438,80	58.240,09	139.818,05
2016	1533	125.469,18	5.697,84	192.344.257,79	21.308,00	53.270,00	123.636,48
2017	2102	127.060,39	6.903,52	267.080.947,57	23.971,50	54.335,40	126.963,34
2018	2321	126.122,60	4.555,30	292.730.561,93	23.438,80	58.916,62	137.864,89
2019	2414	135.893,62	4.345,52	328.047.210,63	27.039,05	65.752,23	149.981,82
2020	2651	169.513,49	5.894,84	449.380.261,74	35.158,20	83.456,13	179.519,90
2021	2803	229.330,26	8.761,51	642.812.727,26	45.112,07	105.903,42	232.381,96
2022	3117	283.786,43	9.302,89	884.562.312,54	50.350,06	123.862,47	285.105,30
2023	3591	263.812,25	7.368,65	947.349.787,99	50.554,51	124.651,80	277.323,62
2024	3900	302.303,23	8.479,71	1.178.982.581,39	59.767,98	144.614,73	324.281,13
Soma	29809			5.915.442.121,45			

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).
Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2024.

Nota-se que, a partir de 2020, houve uma aceleração no crescimento dos valores totais aplicados, possivelmente impulsionada por fatores como o aumento da produção, o avanço da inflação e a implementação de políticas públicas voltadas ao agronegócio. Embora a pecuária tenha ganho volume nos últimos anos, sua participação percentual ainda é inferior, mesmo com a possibilidade de crescimento se as tendências recentes se consolidarem. A expressiva elevação dos valores nos anos de 2023 e 2024 pode estar associada a estímulos oriundos do Plano Safra, associados à sustentabilidade, mudanças climáticas e segurança alimentar (Vieira Filho; Ribeiro, 2025), e ao aumento nos custos de produção (Nilson; Silva, 2024), o que implica mais recursos financeiros para viabilizar produção, seguros e investimentos.

Figura 4 – Teste de Kruskal-Wallis para o número de contratos total e valor de recursos concedidos de Pronaf Investimentos, por ano.

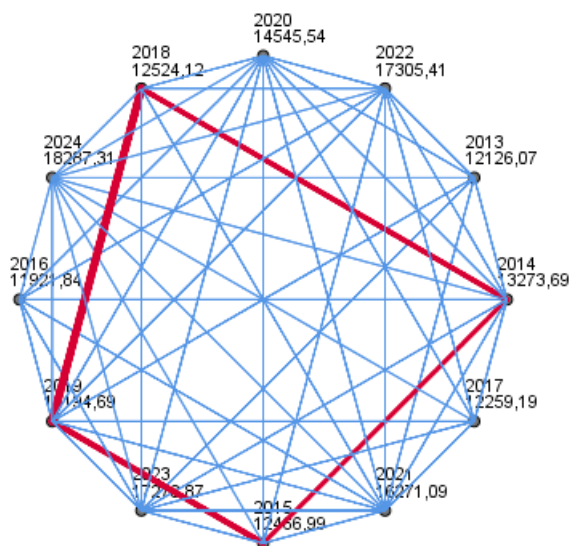
Comparações por Método Pairwise de AnoEmissao



Cada nó mostra o posto médio da amostra de AnoEmissao.

N. de contratos total/ano

Comparações por Método Pairwise de AnoEmissao



Cada nó mostra o posto médio da amostra de AnoEmissao.

Valor de contratos total/ano

Fonte: os autores, a partir do Sicor – BCB (2025).

Obs.: valores monetários atualizados pelo IGP-M, para dezembro de 2025.

O Teste de Kruskal-Wallis, com correção de Bonferroni, é utilizado para testar hipóteses de medianas (valor de $p < 0,05$) e demonstrou diferença estatística para ambas as variáveis (a) n. contrato/ano e (b) valor de contratos total/ano.

De acordo com a Figura 4(a), a comparação anual de medianas, no que diz respeito ao número de contratos, com exceção dos anos 2014–2016 ($p=0,196$), 2016–2018 ($p=0,541$), 2016–2023 ($p=0,546$), 2021–2024 ($p=0,380$), 2022–2023 ($p=0,378$). Quanto às medianas do valor dos contratos por ano, comparadas ano a ano, com exceção dos anos 2014–2015 ($p=0,313$), 2014–2018 ($p=0,385$), 2015–2019 ($p=0,410$), 2018–2019 ($p=0,485$), não existe diferença estatística entre as medianas, de acordo com a Figura 4(b).

De modo geral, esse comportamento está associado à política econômica, à modernização tecnológica e à especialização produtiva, sobretudo no que se refere às mudanças na política agrícola, que têm concentrado volumes maiores de crédito em menos agricultores. Essa dinâmica corrobora a análise de Amaral e Bacha (2025), ao evidenciar que o crédito rural no Brasil apresenta características de concentração, seletividade e desigualdade em sua distribuição. Além disso, o fenômeno também se explica pela redução do número de estabelecimentos rurais – que, no Corede Médio Alto Uruguai, diminuiu aproximadamente 25% entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (Codemau, 2023) – e pelo processo de envelhecimento da população rural (Boscardin; Spanevello, 2023). Esse envelhecimento é ainda mais acentuado no estado do Rio Grande do Sul, impulsionado pela migração de jovens para centros urbanos maiores e economicamente mais dinâmicos (Rio Grande do Sul, 2024).

Consideração finais

O estudo teve como objetivo central compreender como o Pronaf se distribui na região do Corede Médio Alto Uruguai, especialmente no período de 2013 a 2024. Para isso, utilizou-se uma abordagem quantitativa e descritiva, com análise documental baseada em dados secundários extraídos do Sicor, do BCB.

A análise dos investimentos e custos revelou que a modalidade agrícola concentrou a maior parte dos recursos, tanto em operações de longo quanto de curto prazo, demonstrando o peso estrutural da agricultura familiar na dinâmica econômica regional. Nos últimos anos, observou-se um crescimento

expressivo no volume de financiamentos, especialmente após 2020, indicando maior aderência ao programa e possível influência de fatores como políticas públicas, inflação, demanda por alimentos e custos de produção.

Na análise das fontes de financiamento e dos subprogramas do Pronaf, observou-se forte dependência de recursos públicos com juros subsidiados, além de uma concentração significativa nas linhas de custeio, em detrimento de modalidades voltadas à inovação, agregação de valor e inclusão de públicos específicos, como mulheres, jovens e beneficiários da reforma agrária. A pouca diversificação e a presença significativa de contratos sem finalidade especificada revelam fragilidades na execução e no acompanhamento do programa.

A avaliação territorial mostrou que poucos municípios concentram os maiores volumes contratados, especialmente Frederico Westphalen, Alpestre, Seberi, Iraí e Planalto. Esses municípios demonstraram dinamismo no uso do crédito, com estrutura produtiva consolidada e, possivelmente, maior organização social. Em contrapartida, outros municípios apresentam menor expressividade nos valores e na quantidade de contratos, o que pode refletir desafios estruturais de acesso ao crédito, como falta de informação, capacitação técnica ou dificuldade na formalização dos produtores.

Por fim, ao examinar o perfil das instituições financeiras que operam o Pronaf na região, constatou-se a predominância do sistema cooperativo, que se mostrou como principal canal de acesso ao crédito rural para agricultores familiares. Essa hegemonia reforça o papel estratégico das cooperativas, que, por sua proximidade com os produtores e atuação local, conseguem oferecer serviços financeiros adequados às realidades regionais, promovendo inclusão e desenvolvimento.

Apesar dos resultados relevantes, o estudo apresenta como limitação a impossibilidade de mensurar a real necessidade de crédito do segmento analisado, uma vez que o Sicor disponibiliza apenas os dados das operações efetivamente contratadas. Dessa forma, não é possível avaliar a demanda total por crédito rural na região, ou seja, quantos produtores procuraram financiamento e não foram atendidos. Para uma análise mais precisa da distribuição do Pronaf, seria mais adequado dispor também de informações relativas à demanda reprimida ou não atendida, o que permitiria compreender de forma mais ampla

os desafios de acesso ao crédito e identificar eventuais gargalos no processo de concessão. Futuros trabalhos podem explorar essa dimensão, utilizando fontes complementares ou métodos qualitativos para captar a necessidade real de financiamento dos agricultores familiares da região.

O estudo contribui para a relevância do Pronaf no Corede Médio Alto Uruguai, mas também evidencia desafios em sua operacionalização. Embora o programa contribua para o fortalecimento da agricultura familiar e para o dinamismo socioeconômico regional, observam-se desigualdades na distribuição do crédito entre municípios e limitações no acesso a determinadas modalidades, o que aponta para a necessidade de ajustes nas políticas públicas para ampliar sua efetividade.

Referências

- ALEIXO, Andreia Duarte; TAÑSKI, Nilda Catalina. Importância do cooperativismo de Crédito para o fortalecimento da agricultura familiar: um estudo no Território Rio Machado – Rondônia. In: ENCONTRO DE GESTÃO E MODELAGEM DE AGROPECUÁRIA, 24., 2022, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Engema, 2022. Disponível em: https://engemausp.submissao.com.br/24/anais/download.php?cod_trabalho=482. Acesso em: 15 jun. 2026.
- AMARAL, Felipe José Gurgel do; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução do crédito rural no Brasil de 1969 a 2023. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-30, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/19805527252903>.
- BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Dinâmica demográfica da população rural: um estudo de caso na microrregião e município de Frederico Westphalen/RS. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 73-94, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/331574687>. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Plano safra 2024/2025*. Brasília, DF: Mapa, 2025.
- CONHEÇA as políticas e programas do MDA: são 27 políticas e programas contemplando todos os segmentos da agricultura familiar. *Gov.br*, Brasília, DF,

- 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda>. Acesso em: 10 maio 2025.
- CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO ALTO URUGUAI. *Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE para o período de 2022 – 2030*. Frederico Westphalen: Codemau, 2023. Disponível em: <https://consultapopular.rs.gov.br/upload/arquivos/202310/16170756-ped-2022-2030-corede-medio-alto-uruguai.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- FANHO, Ayawovi Djidjogbe; OURO-SALIM, Omar. As Contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais. *Njinga e Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, v. 4, n. especial II, p. 458–475, 2024. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1290>. Acesso em: 12 set. 2025.
- FEIX, Rodrigo Daniel *et al.* *Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul - 2022*. Porto Alegre: SPGG, 2022.
- FIELD, Andy. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOSSÁ, Juliano Luiz; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; MATTE, Alessandra. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. *Desenvolvimento em Questão*, v. 22, n. 60, e14701, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- GROSS, Daniel. *Crédito rural: análise e proposições sobre o custeio agrícola no estado do Rio Grande do Sul*. 2024. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/32196>. Acesso em: 18 abr.2025.
- GUEDES, Alexandre Augusto Alves; CARVALHO, Daniel Moreira de. Dificuldades e gargalos de acesso ao PRONAF B em Garanhuns – PE. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 201–222, 2017. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3245>. Acesso em 28 jun. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017 – resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do espaço rural brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- MATTEI, Lauro. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 31, n. 1, p. 6–20, 2015. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/421>. Acesso em: 13 jun. 2025.

- NILSON, Eduardo; SILVA, Denise Oliveira e. *O estado da alimentação e da agricultura 2024: o custo dos sistemas agroalimentares aumenta ainda mais*. Rio de Janeiro: Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, 2024.
- NOSKOSKI, Luís Eduardo Carvalho *et al.* O PRONAF no estado do Rio Grande do Sul: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Gestão e Secretariado*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 5, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3836>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- PADILHA, Brida Teixeira. *O cooperativismo de crédito como difusor de políticas públicas sob perspectiva do PRONAF*. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/274184/001199585.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- PLANO Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimentará R\$ 43,3 bilhões nos primeiros sete meses. *Gov.br*, Brasília, DF, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/plano-safra-da-agricultura-familiar-2024-2025-movimentar-43-3-bilhoes-nos-primeiros-sete-meses>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- PRONAF investe R\$ 15,14 bilhões na agricultura familiar na safra 2023/2024 no Rio Grande do Sul. *Gov.br*, Brasília, DF, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/pronaf-2023-2024/pronaf-investe-r-15-14-bilhoes-na-agricultura-familiar-na-safra-2023-2024-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 15 set. 2025.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). *Atlas socioeconômico – regiões funcionais de planejamento*. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. 8. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024.
- SANTOS, Luiz Guilherme de Oliveira; ALVES, Alexandre Florindo; COUTO, Ana Cristina Lima. Causalidade entre PRONAF e rendimentos dos agricultores familiares entre 2004 e 2015. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, Maringá, v. 30, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/21347/209209217767>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- SCHNEIDER, Edson Pedro. *Cooperativismo de crédito, organização sistêmica, ênfase no sistema SICREDI*. 2006. Dissertação. (Mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10110/000595749.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jul. 2026.
- SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 227–263, 2014. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/20857>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- SCHNEIDER, Sergio; GAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de

- fortalecimento da agricultura familiar. *Grifo*, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12–41, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656/3144>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- SILVA, Sandro Pereira; CIRÍACO, Juliane da Silva. Análise do efeito do PRONAF sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino. *Texto para Discussão*, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11639>. Acesso em: 12 maio 2025.
- SOUZA, Carina Chagas Madeira; REBELLO, Fabrício Khoury; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. Impactos econômicos, sociais e ambientais do PRONAF no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Geosul*, Florianópolis. v. 36, n. 80, p. 292–314, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77416>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). *Polis*, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393–414, 2016. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682016000200018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jun. 2025.
- VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; RIBEIRO, Wilson André Barreiros. Segurança alimentar e nacional: fatores intervenientes. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, v. 34, e02001, 2025. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/2001>. Acesso em: 14 set. 2025.

Como citar

ANDREATTA, Tanice; SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; CRISTOFARI, Luciana Fagundes. O Pronaf em municípios do COREDE Médio Alto Uruguai (RS): distribuição do crédito e agentes financeiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2026, e2634112, DOI: https://doi.org/10.36920/esa34-1_12



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.